

CIES e-WORKING PAPER N.º 99/2010

**As clivagens políticas e os partidos:
uma abordagem**

PATRÍCIA CALCA

CIES e-Working Papers (ISSN 1647-0893)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, cies@iscte.pt

Patrícia Calca é doutoranda em Ciência Política na Universidade de Lisboa e bolsreira de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. É licenciada e mestre em Ciência Política pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. Colabora com a Universidade Aberta nas cadeiras de Política Internacional, Sistemas Políticos e Teoria Política. Durante o ano de 2010 foi *visiting scholar* na Universidade de Mannheim – Alemanha e na Universidade de Nova Iorque – EUA. Foi assistente de investigação no Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (CIES-IUL) do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) nos anos de 2008 e 2009. Das suas áreas de interesse destacam-se o Processo de Tomada de Decisão Política, a Escolha Racional, a Teoria dos Jogos, a Geopolítica e a Sociologia e Comunicação Políticas. E-mail: patriciacalca@gmail.com

Resumo

O alinhamento partidário na Europa tem suscitado debates ao nível da ciência política e muitas são as vozes que destoam entre si. Se, por um lado, se tem como elemento central de análise o *sistema político*, sejam os programas eleitorais, os partidos políticos, os actores e as instituições, por outro lado, devem considerar-se os aspectos individuais de cada eleitor. A *teoria das clivagens*, como explicação do sentido de voto dos eleitores, tem sido abundantemente utilizada na análise eleitoral. Os autores Seymour Martin Lipset e Stein Rokkan introduziram, em 1967, esta tipologia também denominada por *Modelo Social de Clivagem*. Os dois autores desenvolveriam a base para uma análise distinta dos sistemas sociais. Foi igualmente com este início que avançámos caminho no desenvolvimento e na pesquisa conceptual da temática em causa. Ou seja, foi a partir desta obra que ampliámos o nosso argumento central, isto é, o facto de o modelo social das clivagens continuar a servir de elucidação para o sentido de voto dos eleitores, ainda que de uma maneira diferente da explicação de há quarenta anos. Partimos posteriormente para o debate mais recente e para algumas das diversas perspectivas acerca da teoria em causa. Além do anterior, procurámos dar pistas de análise para uma futura operacionalização conceptual e teórica. No final fizémos referência desta senda explicativa aplicada ao caso português.

Palavras-chave: Clivagens; partidos políticos; teoria política; Portugal.

Abstract

Party alignment in Europe has caused a great deal of debate in political science spheres, with many differing opinions being put forward. While on the one hand the central element of analysis may be the political system, i.e. manifestos, political parties, actors and institutions, on the other hand the individual aspects of the individual voter need to be taken into consideration. Cleavage theory, as an explanation of the way voters vote, has been widely used in voting analysis. In 1967 Seymour Martin Lipset and Stein Rokkan introduced this typology, also termed the Social Cleavage Model. The two authors sought to develop the basis for a different analysis of social systems. It was from this starting point that we advanced with the development of and conceptual research for the issue in question. In other words, on the basis of this work we expanded our central argument, that is, the fact that the social cleavage model still sheds light on the way voters vote, though differently from the explanation provided forty years ago. We then dealt with the most recent debate and some of the varied perspectives relating to this theory. In addition, our aim was to offer analysis leads for the future conceptual and theoretical operationalisation of the matter and discussed the application of this explanatory line to the case of Portugal.

Key-words: Cleavages; political parties; political theory; Portugal

Introdução

Desde há quarenta anos que tem ocorrido um debate contínuo, com muitos autores envolvidos, sobre as alterações do alinhamento partidário na Europa. Sobretudo as implicações relacionadas com o sentido de voto dos europeus e a sua teorização continuam a ser tema central no que à actual ciência política respeita.

Todavia, o debate em torno das evidências não tem sido olvidado. Nesta senda podemos considerar duas perspectivas de interesse, **i)** a análise político-eleitoral, que deve ser realizada ao nível individual (sendo a mesma rica em comprovações respeitantes ao declínio do impacto dos factores sociais e estruturais ao nível das preferências eleitorais – o que de certa maneira remete para segundo plano a teorização baseada nas clivagens, cuja conceptualização trataremos posteriormente, e sobre a qual versam as nossas palavras); e, por outro lado, **ii)** os estudos que têm como foco principal o nível dos agregados eleitorais (ou seja, os que procuram através dos dados agregados do conjunto dos eleitores concluir algumas tendências de acção).

Apesar de estas duas perspectivas parecerem contraditórias, assentamos com Peter Mair que não o são. Ora, vejamos: a interpretação do cenário eleitoral terá sempre em linha de conta quer a adaptação do sistema político em si (às propostas eleitorais, aos partidos, aos agentes, às instituições e a outros relacionados com o sistema) quer a adaptação à lógica individual de cada eleitor. Só tendo uma perspectiva mais abrangente [neste caso, micro somado com o(s) meso/macronível(eis)] poderemos compreender, de maneira mais atinente, o nosso objecto de estudo. Claro está que, apesar da junção de ambas as perspectivas, existem pontos a serem tidos em conta mais relevantemente do que foram no passado. Caso exemplar dos *valores* a que podemos chamar, com a teoria, pós-materialistas. Com especial incidência para a generalizada desconfiança no que à política diz respeito (Mair, 2002: 124-125).

Mas afinal, e apesar das possíveis análises que se podem fazer relativamente ao comportamento dos eleitores, que variáveis e condicionalismos influenciam o sentido do voto? O que é que mais pesa para um eleitor aquando do seu processo decisório?

Nesta saga, as opiniões dos académicos têm sido díspares e gerado controvérsia. Como Oskarson tão bem considera, “poucas áreas do comportamento

eleitoral têm sido tão contestadas como a ideia do voto de acordo com a clivagem, isto é, a relação entre a posição social e a escolha partidária” (Oskarson, 2005: 86).

A autora afirma, no entanto, que os dados de Nieubeerta deram mais ou menos por terminadas as discussões em torno da noção de clivagem social e da sua influência no comportamento eleitoral. Na sua análise, salienta que há um desenvolvimento visível de outras clivagens que não as tradicionais (estes últimos explicitaremos de seguida), assim como uma ideia geral de que a posição social tem cada vez menos influência no sentido de voto (Oskarson, 2005: 86 e seguintes).

Será esta a nossa envolvência, ou seja, a discussão em torno da importância, maior ou menor, da concepção de clivagem social no sentido eleitoral. É por aí que iniciamos o nosso caminho. Ainda que tenhamos de sublinhar que as evidências e as opiniões de vários autores nem sempre estarão em concordância. Ainda assim, parecem ser as clivagens definidas no trabalho seminal de Lipset e Rokkan não totalmente adormecidas, mas apenas, a necessitar de uma reinterpretação, fruto da evolução dos tempos e, com eles, das sociedades ao nível político.

A nossa perspectiva vai no sentido do caminho das clivagens assinaladas pelos dois autores. Isto é, defendemos que estas clivagens não foram desactivadas pelos partidos políticos, antes pelo contrário. Nos partidos de hoje em dia, distintos dos que existiam em meados do século passado, diferentes até na sua estruturação – cada vez mais partidos *catch all* –, há uma impossibilidade de, na maioria das vezes, à primeira vista se perceberem em que área ideológica os mesmos se movimentam.

As ideias principais

Seymour Martin Lipset e Stein Rokkan introduziram uma tipologia explicativa do sentido do voto, mais conhecida por “Modelo Social de Clivagem”, num livro publicado no ano de 1967 intitulado *Party Systems and Voter Alignments*. Prosseguindo a tradição de Lazerfeld (1944) e dos anteriores estudos de Stein Rokkan (um dos autores), Lipset e Rokkan viriam a criar esta obra primordial para a análise dos sistemas sociais, dos eleitores militantes/simpatizantes e dos que, englobando os dois aspectos anteriores, tinham em consideração o comportamento eleitoral (Freire, 2001: 24).

Ainda que esta tipificação conte já com alguns anos de existência, não deixa de manter a actualidade. Aliás, apesar de se fundar numa perspectiva histórica do desenvolvimento social, entra nesse e no espectro político, no âmbito dos partidos. Apesar das contínuas e continuadas análises do modelo de clivagens, a sua ideia principal continua a ser central aquando da análise do comportamento eleitoral.

O modelo em causa considera que as quatro (que explicitaremos de seguida) clivagens resultantes de um processo histórico englobador das revoluções industriais ao nível nacional e internacional estruturaram o sistema de partidos do mundo ocidental. Deste modo, “dependendo das experiências históricas e das decisões constitucionais enquanto momentos de formação, combinações de uma ou mais clivagens ao longo de aspectos religiosos (especialmente da Igreja Católica *versus* o Estado), centro/periferia (elites nacionais *versus* elites das periferias), rural/urbano (proprietários da terra *versus* indústria) ou classe (empregadores *versus* trabalhadores) ganharam forma enquanto sistemas de partidos no período da democratização. Uma vez que certos grupos estejam alinhados ao longo destas clivagens sociais com os partidos, a conexão tende a manter-se através da socialização política, assim como através das estratégias e da organização do partido” (Mair, 2002: 84-5).

Uma das conclusões mais importantes desta perspectiva, e dos estudos inaugurais nesta área, foi o facto de estes alinhamentos serem extremamente estáveis, portanto, a noção de que os sistemas partidários estariam a um nível de aparente estagnação. Assim, esta seria uma forte explicação para a estabilidade dos sistemas partidários europeus.

Outro aspecto interessante seria o caso de que a clivagem social do sistema de partidos não era um mero reflexo da estrutura da clivagem, mas poderia ter formas diferentes de acordo com distintos caminhos (por exemplo, o contexto institucional e certos aspectos dentro do processo de democratização, de entre outros).

Outra referência digna de nota é o facto de Giovanni Sartori, no artigo de 1997 “The Sociology of Parties: A Critical Review”, referir que a entidade partido não é uma consequência da classe. Mas sim, de acordo com o autor, é a classe que recebe a sua identidade do partido. Por esta via, tal implica que a importância das clivagens sociais não depende apenas da natureza e da força das mesmas, mas igualmente do processo inverso. Ou seja, resulta da influência do partido e então, posteriormente, da clivagem.

Posto o anterior, antes de prosseguirmos, parece-nos de particular interesse atendermos exactamente às quatro clivagens do modelo. Ainda que já as tivéssemos referido, importa aprofundá-las. Deste modo, e seguindo a análise feita por Freire, referimos:

Em primeiro lugar, a revolução nacional, isto é, os processos de unificação política, administrativa e cultural associados à construção dos estados-nação. Na sequência destes processos geraram-se duas grandes clivagens: centro-periferia e estado-igreja. A primeira clivagem resultou de uma reacção das periferias às medidas uniformizadoras dos construtores nacionais. Isto é, às minorias linguísticas e às populações culturalmente ameaçadas pela uniformização estatal opuseram-se elites nacionais dominantes gerando clivagens territoriais, muitas vezes com base étnico-cultural (Lipset e Rokkan, 1967: 182) (Freire, 2001: 24).

A segunda clivagem resultante da revolução nacional resultou da cisão entre “(...) as aspirações mobilizadoras do estado-nação e as exigências corporativas das igrejas, o que foi muito mais que uma questão económica” (Lipset e Rokkan, 1967: 182-83, itálico no original). Isto é, apesar das fortes controvérsias acerca do estatuto das propriedades da igreja e do financiamento das actividades religiosas, o cerne desta clivagem foi de ordem moral e de controlo das normas comunitárias (Freire, 2001: 25).

A revolução industrial esteve na origem de outros dois tipos de clivagens: urbano-rural e capital-trabalho. A defesa dos interesses rurais deu algumas vezes origem à formação de partidos agrários, p. 27, especialmente na Escandinávia (Lane e Ersson, 1996: 263). Historicamente, esta clivagem encontrou expressão na oposição “(...) entre os partidos conservadores-agrários e os liberais-radicais” (Lipset e Rokkan, 1967: 189) (Freire, 2001: 26).

A clivagem capital-trabalho opôs as populações de assalariados, quer na agricultura quer na indústria, aos proprietários e aos patrões: aqueles lutavam contra a insegurança dos contratos, as baixas remunerações e a alienação sociocultural a que estes os submetiam (Lipset e Rokkan, 1967: 182 e 192-195). Desta divisão surgiram os sindicatos nacionais e os partidos socialistas e comunistas, que combatiam os partidos conservadores liberais (Lipset e Rokkan, 1967: 223-237) (Freire, 2001: 26).

De acordo com o modelo em questão, pode-se afirmar que a maneira como os eleitores se enquadram, ou não, num determinado espectro partidário depende da sua colocação ao nível do sistema de clivagens. E mais, tal deve ser igualmente tido em consideração contemplando a sua capacidade de mobilização e as suas acções de envolvimento com organizações sociais. Exemplos claros, as igrejas e as associações profissionais.

Que a posição social surja em profunda correlação com a escolha partidária é uma das vertentes de pesquisa da análise eleitoral mais documentada e testada; ainda assim, importa referir que a sua investigação tem vindo a ser alterada. Isto é, desde os estudos iniciais sobre a escolha partidária dos eleitores, há uma clara diferença entre a sua pertença a uma classe trabalhadora, tendendo a votar mais à esquerda e em partidos desta linha ideológica, e a pertença a uma classe média e mais religiosa, que tendia a votar em partidos sociais-democratas ou em partidos de carácter mais

conservador. “Esta ligação entre a posição social das pessoas e a escolha do partido não é uma coincidência, mas tende a ser mais ou menos institucionalizada nos sistemas partidários. As clivagens sociais de uma sociedade são, na maioria dos casos, reflectidas na origem do sistema de partidos” (Oskarson, 2005: 84).

O debate

O modelo de clivagem social engloba em si três aspectos centrais que devem ser cuidadosamente revistos.

Num primeiro ponto, o facto de que a força existente entre os alinhamentos dos grupos sociais com os partidos organiza-se em torno das clivagens.

Numa segunda perspectiva, importa referir que a composição social está presente nas clivagens centrais das sociedades em que se inserem.

Finalmente, a clara correspondência entre os partidos e os seus representados ao nível dos grupos sociais.

Estes três aspectos, direccionados à posição social e à escolha partidária, devem ainda confluir para características importantes na tipologia de análise; com isto quer-se dizer que dever-se-á ter em conta o tamanho relativo dos grupos sociais mais centrais, tal como, as estratégias e as políticas apresentadas pelos próprios partidos (Oskarson, 2005: 87).

Mas qual é a relação entre a posição social e a escolha do partido? Parece-nos sempre rondar em torno desta questão a modelização apresentada em 1967.

Como podemos medir esta relação? Este aspecto de vertente operacional tem também sido tema de debate. Até há pouco tempo utilizava-se o *índice de Alford* (nome de acordo com o seu autor). Este índice contém em si informação sobre a classe de votantes e, de uma maneira muito simples, indica a proporção de eleitores que fazem parte da classe de trabalhadores. A partir daí, estabelece a quantidade de votantes nos partidos de esquerda, ou seja, estabelece de uma maneira indirecta a definição de classe de votantes ou de eleitores.

Todavia, este índice é dicotómico e, além disso, não tem em linha de conta mudanças de voto relacionadas com aspectos tão importantes como a popularidade de um determinado partido num determinado momento. Tendo em consideração os aspectos que falham no índice, correm-se riscos relativos ao seu tratamento empírico,

assim como se pode incorrer na mistura errática de correlações entre classe e votos. Hoje em dia existe outro índice, o *índice de Thomassen*, que tem em linha de conta aspectos não considerados pelo anterior, por exemplo, as probabilidades de um determinado grupo de trabalhadores votar na esquerda ou na direita (Oskarson, 2005: 93).

Numa outra direcção, o autor Ronald Inglehart identificou clivagens diferentes das que tinham sido referidas por Lipset e Rokkan. Tendo como base dissemelhantes análises, o autor levantou uma série de hipóteses relacionadas com um novo sistema de valores, propiciadoras e propiciadas pelas novas tipologias de partidos. Tal aconteceu, de acordo com Inglehart, por oposição – ou se preferirmos, por complemento – às clivagens assinaladas pelos dois autores supracitados.

Portanto, de acordo com os autores que temos vindo a debater, existem divergentes aproximações explicativas à concepção das clivagens. Os autores Scott Flanagan e Russel Dalton tornaram esta miscelânea mais perceptível ao sintetizarem as diversas correntes interpretativas.

De acordo com os mesmos, podemos agrupar em duas grandes vertentes as teorias que englobam esta abordagem. Assim, temos:

- a)** Teorias sobre as novas clivagens – referem-se aos comportamentos eleitorais que se tendem a estruturar em torno de grupos funcionais – a base socioeconómica, e
- b)** O modelo funcional – um crescente desalinhamento partidário dos eleitores e uma diminuição da importância dos partidos. Os partidos são analisados de acordo com a sua importância para a satisfação das necessidades sociais e políticas das sociedades (Flanagan e Dalton, *in* Freire, 2001).

Estas duas linhas concorrem para a nossa argumentação.

Outro dos aspectos importantes aquando da análise das clivagens são as alterações que podem ocorrer no seio das sociedades. Mais concretamente, quais são os efeitos ao nível das clivagens caso hajam alterações na composição social?

Tendo isto em mente, Maria Oskarson dá-nos algumas pistas de resposta, sublinhando a vulnerabilidade de certos grupos. A autora argumenta que os partidos que estão muito próximos de grupos sociais tornam-se mais afectáveis pelas alterações na estrutura social. Decorrente dessa lógica, uma vez diminuído o tamanho do grupo, tal poderá directamente afectar a diminuição dos votos no partido mais próximo do mesmo. Isto apenas não ocorrerá caso o partido em foco consiga atrair

novos votos provenientes de outros grupos/partidos. Por outro lado, se o partido começa a atrair demasiados eleitores, fora do seu grupo inicial e basilar, podem os primeiros deixar de se identificar com o partido, o que se reflecte igualmente, numa perda de votos (Oskarson, 2005: 96-8).

Devido ao anterior, é expectável que o impacto (independentemente de ser maior ou menor) das clivagens ao nível da escolha de partidos por parte dos eleitores pode não depender apenas de quão fortes e difundidas estão as clivagens numa determinada sociedade mas, também, da maneira como os partidos se relacionam com as respectivas clivagens (Oskarson, 2005: 103).

De facto, as preferências dos eleitores podem ir muito além da sua identificação com um determinado grupo. Como Dalton, MacAllister e Wattenberg asseveram, “os laços que unem os eleitores militantes ao seu partido político preferido são muito importantes, assim como o sistema de partidos dessa democracia. Os laços que ligam os eleitores militantes também ajudam a orientar os mesmos na complexidade da política, e providenciam um enquadramento de assimilação no que diz respeito à informação política, à compreensão dos assuntos políticos, e à capacidade de realizar julgamentos de carácter político” (Dalton, MacAllister e Wattenberg, 2000: 21).

Mas, afinal, que causas são as apontadas para este enfraquecimento explicativo das clivagens relativamente ao sentido do voto? Uma boa síntese do actual estado da análise a este respeito é-nos apresentada por Geoffrey Evans. O autor aponta-nos cinco causas para este decréscimo, são elas:

- i) O *aburguesamento* da classe operária e a *proletarização* da classe dos *colarinhos brancos* – maior mobilidade social;
- ii) O surgimento de novas classes sociais próprias das sociedades pós-industriais;
- iii) O aumento do nível médio de educação e a mobilização cognitiva (os eleitores decidem menos em termos de identificação partidária e outras identidades colectivas, e mais em termos da sua análise pessoal da situação);
- iv) O facto de os valores pessoais dos eleitores parecerem marcar de forma decisiva a intenção do voto (valores materialistas e pós-materialistas; tal faz que os efeitos das clivagens de classe acabem por ser atenuados);
- v) A diminuição da classe operária nas estruturas sociais (Geoffrey, 1999).

Outra perspectiva é-nos apresentada por Anderson e Heath ao afirmarem que acerca do comportamento eleitoral existe a ideia de que os grupos sociais podem surgir e ser analisados, nesta temática, de acordo com três possíveis paradigmas, **i)** *sociological approach*; **ii)** *party identification models*, e **iii)** *rational choice theory*. Para os autores, os modelos de identificação partidária continuaram a exercer um elevado poder de explicação dos fenómenos em causa (Anderson e Heath, 2000: 1). Todavia, no último decénio tem-se verificado um crescendo de novas aproximações teóricas, devendo as mesmas, ser semelhantemente consideradas para uma análise mais completa da realidade, já que não são excludentes entre si de acordo com os autores.

Esta perspectiva é relevante para o tópico que investigamos, uma vez que, as críticas que têm sido feitas ao modelo das clivagens reflectem a sua incompletude, restando a ideia de triangulação e/ou utilização de outras teorizações para ajudar na análise feita pelo modelo de clivagens e mesmo para o consubstanciar em termos de força científica.

A identificação partidária por parte dos eleitores surge-nos, igualmente, noutras abordagens que aqui suscitamos. Os graus de entendimento das realidades do presente são díspares; todavia, é a este nível interessante realçar a análise de Thomassen *et al.* (2005) ao reflectir sobre a evolução do conceito e da realidade. O primeiro aspecto reporta-se à teoria da modernização. O autor afirma haver um decréscimo do nível de identificação partidária – esta teoria relaciona-se com o facto de que os cidadãos com maior nível de escolaridade não necessitarão da identificação partidária para formular as suas opiniões nem, daí advindo, para escolherem em quem votar. Por outro lado, os autores identificam a perspectiva que reconhece, não a correlação social e de identificação partidária, mas sim, a identificação política com a identificação partidária (Thomassen *et al.*, 2005).

Neste âmbito faz sentido ainda falarmos da dicotomia esquerda vs. direita? “Podemos, portanto, falar de uma nova escala “esquerda-direita”, perpendicular ao leque esquerda-direita tradicional, com os seus próprios representantes partidários” (Dalton, in Jalali, 2002: 89). Acreditamos que faz sentido falar de uma esquerda e de uma direita, ainda que conforme as anteriores palavras, tal trate de uma realização diversa da anteriormente utilizada e, conforme referimos previamente, a propósito dos partidos *catch all*. Nesta via, os partidos apresentam-se de maneira nova e renovada

aos cidadãos, ainda que com determinados alicerces. Como se sabe, “cada um deles tem uma história e, conseqüentemente, uma constelação de alternativas que apresenta ao eleitorado. No estudo de uma só nação não necessitamos de chamar sempre a história à ordem do dia para analisarmos os alinhamentos actuais: assumimos que os partidos são “dados” igualmente visíveis para todos os cidadãos no interior de uma nação. Se, porém, pretendemos fazer uma análise comparativa, já temos de incluir a dimensão histórica” (Lipset e Rokkan, [1985] 1992: 162).

Para além das alterações sofridas pelos partidos políticos ao longo do tempo, como temos vindo a argumentar, a própria sociedade tem-se deparado com evoluções. Kriesi apresenta uma inovação no seu estudo sobre clivagens que deve ser aqui considerada. O autor afirma que as transformações contemporâneas, no que à estrutura da classe diz respeito, permitiram o surgimento de duas divisões sociais recentes. As mesmas poderão constituir a base para duas novas clivagens, sendo estas a *classe* e a *geração*. Ou seja, dois elementos estruturais associados à última alteração das orientações de valores que têm ocorrido no período pós-II Grande Guerra (Kriesi, 1998: 168-77). E afirma ainda que, “não se deve perder de vista a ideia de que a política teve um papel principal na formação das preferências” (Kriesi, 1998: 177). As preferências, num sentido geral, e os valores, num sentido mais particular, não são apenas e só o reflexo de determinados padrões estruturais; os actores políticos colectivos têm um papel decisivo neste aspecto.

Todo o processo de formação das preferências políticas é ainda ambientado por uma série de lutas partidárias onde, por seu turno, em diversas camadas surgem as clivagens tradicionais associadas aos outros pontos que temos vindo a referir (enquadramento político – *framework*; *classe* e *geração*). “O declínio das clivagens tradicionais não significa necessariamente o fim da estruturação da política através das divisões sociais. O ponto fulcral é identificar teórica e empiricamente as divisões sociais relevantes num mundo em movimento, e estudar a sua formação política” (Kriesi, 1998: 180-1).

Se, na perspectiva de Lipset, as alterações na estrutura social dos países podem levar a um declínio na relevância eleitoral de clivagens sociais anacrónicas; e se, por outro lado, Franklin refere que as clivagens sociais são estruturas de lealdade de grupo, sendo que aí o processo de individualização provoca erosão nas lealdades do grupo e, por outro lado, o sucesso de governos democráticos tende a resolver os

conflitos sociais e a esmiuçar as divisões de grupo (Elff, 2007: 279), que espaço de manobra tem o modelo das clivagens sociais enquanto modelo explicativo?

Elff dá-nos uma boa elucidação, essa ao encontro das palavras de Oskarson e de Kriesi. O autor afirma que, para além das diferenças fundamentais relacionadas com a natureza das clivagens sociais, devemos cada vez mais, contemplar a flexibilidade programática dos partidos políticos. Na sua perspectiva, foram a “competição política combinada com a crescente volatilidade dos outcomes eleitorais e a emergência de novos partidos que levaram a que tivéssemos a impressão de que há um declínio das clivagens sociais” (Elff, 2007: 279). Pela argumentação anterior, Martin Elff considera ser de grande exagero a ideia de uma *morte anunciada* das clivagens sociais. De acordo com a análise de dados que apresenta no seu artigo, as consequências das posições de classe parecem ter sofrido um enfraquecimento em alguns países, todavia, as consequências da divisão entre religiosos e não religiosos parecem não ter diminuído. De facto, a alteração dos valores parece ter tido um papel no que à transformação e à mudança nas acções na classe dos eleitores concerne. Contudo, não aconteceu uma troca absoluta e definitiva entre as antigas clivagens sociais e novas clivagens de outro tipo (Elff, 2007: 289).

É de posição consentânea à anterior, a de Enyedi. Ainda assim, há alguns pontos que devem ser acrescentados para que se possa ter uma perspectiva o mais aprofundada possível sobre a discussão em causa. Quase em termos de clarificação, o autor refere que esta ideia de declínio das clivagens assenta em duas premissas que nem sempre poderão estar correctas. A primeira acorda, na ideia de que há um decrescimento na associação entre a posição social e o voto. A segunda, de que há um aumento do nível de volatilidade em termos eleitorais. Porém, uma série de estudos empíricos reporta um aumento da instabilidade e da fragmentação, mas não são suficientemente fortes as provas a que chega, principalmente ao nível do comportamento individual. Também parece ser relevante o facto, relativo às orientações políticas, nos termos de comparação ao longo dos anos (pós-II Guerra Mundial) ainda que os testes empíricos não sejam infalíveis, pelo contrário (Enyedi, 2008: 290).

Notas finais

A estrutura social das democracias ocidentais não é a mesma que foi estudada por Rokkan e Lipset nos anos 60 do século passado. As sociedades industriais evoluíram num determinado sentido – ou, se preferirmos, em determinados sentidos –, o que provoca uma necessária adaptação (Oskarson, 2005: 85).

Tendo esta ideia como *pano de fundo*, terminamos com algumas notas que podem ser de interesse acrescido. Primeiramente, a ideia de como tem sido debatida esta noção de clivagens sociais em Portugal (principalmente porque os inúmeros estudos feitos na Europa sobre sistemas políticos comparados, sobretudo em termos das preferências políticas dos eleitores, não têm considerado o nosso país na maioria das vezes).

Situado no que muitos têm apelidado de *Europa do Sul*, conforme apresentado por vários académicos (os argumentos de existir uma certa similitude entre os países desta zona geográfica, ainda que nem em todos os aspectos concordemos com esta classificação, parecem-nos um ponto importante de focalizar), Portugal encontrou em nomes como Richard Gunther e José Monteiro um estudo mais aprofundado sobre a sua estrutura de clivagens sociais. Parece que, em Portugal, a estrutura social tem um impacto importante na militância política, e parece ser cada vez mais relevante a forma como os partidos formulam as estratégias de mobilização eleitoral. As tendências de desenvolvimento dos partidos políticos só podem ser interpretadas à luz do papel das intermediações das elites políticas, e entre factores sócio-estruturais e o comportamento eleitoral. Dos principais fenómenos que os autores destacam na sua argumentação, assinalamos o desenvolvimento económico e social, e ainda, a secularização da Europa do Sul (Gunther e Monteiro, 2001).¹ Em termos históricos, é interessante atender às palavras de Freire:

Em Portugal, a clivagem religiosa teve grande saliência política durante o liberalismo oitocentista (1820-1910) e, sobretudo, durante a I República Portuguesa (1910-1926). Durante o período do Estado Novo (1976-1974), a colaboração e/ou conviência do regime ditatorial reforçaram ainda mais o alinhamento conservador da Igreja e, por arrastamento, dos seus fiéis (Pereira e outros, 1982...). Durante o período democrático, podemos considerar que a questão religiosa deixou de ser um factor de grande polarização, ressaltando alguns episódios mais conturbados no período revolucionário (de 1974 a 25 de Novembro de 1975) e a discussão política de questões ligadas à dogmática da Igreja, como o aborto (Freire, 2001: 26).

¹ Sobre este assunto, ver igualmente Freire, André e Lobo, Marina (2003), “Economia, Ideologia e Voto: Europa do Sul, 1985-2000”, *Análise Social*, vol. 38 (167), pp. 485-506.

No que diz respeito a Portugal, são também as palavras outras perspectivas interessam, “o caso português reveste-se de particular interesse neste contexto. Os dados existentes sugerem que o eleitorado é francamente estruturado pelas velhas clivagens, como a classe social ou a religião, sem que se verifique um aumento de novas orientações pós-materialistas” (Jalali, 2002: 118). Esta *suposta anomalia* se fundamenta no período revolucionário. Ainda no tocante a Portugal relativamente à teorização de Lipset e Rokkan, a “nossa análise confirma a sua afirmação de que os sistemas partidários são moldados por dimensões de conflito que surgem nas fases iniciais da política concorrencial, dando origem a partidos que depois monopolizam e limitam o mercado de apoio. Contudo, sugere também, essas dimensões de conflito poderão não ser apenas as que Lipset e Rokkan consideraram, como no caso português” (Jalali, 2002: 119).

Além disso, não podemos esquecer-nos de que, apesar da sua permanência histórica, e talvez por isso mesmo, os partidos políticos enquanto *instituições* inseridas em sociedades humanas – elas próprias em constante transformação –, têm também comportado em si a mudança. Parece-nos claro poder concluir que há uma óbvia evolução dos mesmos, seja essa, no sentido do decréscimo ou do aumento da importância partidária na participação política *per se*.

Decorrentes das transformações assinaladas, e eventualmente como *causa* das mesmas, surgem-nos alterações globais próprias dos novos tempos, geradoras de novos conflitos de interesses e/ou apaziguadoras de antigos.

A análise da política, hoje em dia, tem necessariamente que se subdividir em camadas várias e diversas das existentes quando Lipset e Rokkan apresentaram a sua teorização. Contudo, a conceptualização das clivagens sociais enquanto enquadramento continua a ser actual, não sem pensarmos e sublinharmos que existem visíveis dissemelhanças entre 1967 e 2010, muitas das quais referimos indirecta e directamente ao longo desta análise.

As clivagens sociais continuam a ter um papel relevante no auxílio e na sistematização do estudo do comportamento eleitoral. A importância das clivagens sociais para a escolha dos partidos não depende apenas do seu papel na análise e organização das sociedades, mas também de uma série de variáveis que ao longo destas linhas fomos referindo como cruciais.

A polarização da sociedade não implica o fim das clivagens, implica isso sim, o facto de que serão raros os partidos políticos que se podem advogar representar um

certo grupo melhor que outros partidos. Será cada vez menos provável que um determinado grupo vote em acordo com um padrão coerente (Oskarson, 2005: 85). Mas esta última frase quer dizer exactamente o que diz, não significa, como se apregoa não raras vezes, que a noção de clivagens sociais deixou de fazer sentido.

Bibliografia

Andersen, Robert, e Heath, Anthony (2000), "Social cleavages, attitudes and voting patterns: a comparison of Canada and Great Britain", *CREST Working Paper 81*, September, Oxford: CREST – University of Oxford.

Coelho, Mário (1988), "Clivagens do sistema político espanhol da transição (1975-85)", *Análise Social*, vol. XXIV, pp. 609-62.

Dalton, Russel J. (2002), "Political cleavages, issues and electoral change" in *Comparing Democracies*, Laurence LeDuc, Richard G. Nien e Pippa Norris (Eds.), Sage: Londres.

Dalton, Russel J., Ian MacAllister e Martin Wattenberg (2000), "The consequences of partisan desalignment" in *Parties without partisans – political change in advanced industrial democracies*, Oxford: Oxford University Press.

Dogan, Mattei (2001), "Class, religion, party: triple decline of electoral cleavages in Western Europe", in Lauri Karvonen e Stein Kuhnle (eds.), *Party Systems and Voter Alignments Revisited*, Londres/Nova Iorque: Routledge.

Elff, Martin (2007), "Social Structure and Electoral Behavior in Comparative Perspective: The Decline of Social Cleavages in Western Europe Revisited", in *Perspectives on Politics*, vol. 5/n. 2, pp. 277-294.

Enyedi, Zsolt (2008), "The Social and Attitudinal Basis of Political Parties: Cleavage Politics Revisited", in *European Review*, vol. 16/n. 3, pp. 287-304.

Evans, Geoffrey (ed.), (1999), *The end of class politics? Class voting in comparative context*, Oxford: Oxford University Press.

Freire, André (2001), *Modelos de comportamento eleitoral*, Oeiras: Celta Editora.

Freire, André, e Lobo, Marina (2003), "Economia, Ideologia e Voto: Europa do Sul, 1985-2000", *Análise Social*, vol. 38 (167), pp. 485-506.

Gunther, Richard, e Monteiro, José (2001) "The anchors of partisanship: a comparative analysis of voting behaviour in four southern European countries", in Nikiforos Diamandouros e Richard Gunther, *Parties, Politics and Democracy in New Southern Europe*, Baltimore: John Hopkins University Press.

Jalali, Carlos (2002), “As mesmas clivagens de sempre? Velhas clivagens e novos valores no comportamento eleitoral português”, in Freire, André *et al.* (Org.) *Portugal a votos – as eleições legislativas de 2002*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 87-119.

Knutsen, Oddbjørn (2004), *Social Structure and Party Choice in Western Europe – A Comparative Longitudinal Study*, Palgrave MacMillan: Nova Iorque.

Kriesi, Hanspeter (1998), “The transformation of cleavage politics. The 1997 Stein Rokkan lecture”, in *European Journal of Political Research*, 33: 165-185.

Lipset, Seymour Martin, e Stein Rokkan ([1985]1992), “Estruturas de clivagem, sistemas partidários e alinhamentos de eleitores”, in Seymour Martin Lipset, *Consenso e Conflito*, Lisboa: Gradiva, pp. 161-259.

Mair, Peter (2002), “In the Aggregate: Mass Electoral Behaviour in Western Europe, 1950-2000”, in Hans Keman (ed.) *Comparative Democratic Politics*, Londres/Thousand Oakes/Nova Deli: Sage.

Oskarson, Maria (2005), “Social Structure and Party Choice”, in Jacques Tomassen (ed.) *The European Voter – A Comparative Study of Modern Democracies*, Oxford: Oxford University Press/ECPR, pp. 84-105.

Tomassen, Jacques (ed.) (2005), *The European Voter – A Comparative Study of Modern Democracies*, Oxford: Oxford University Press/ECPR.